

AS MÚLTIPLAS BASES DE RECURSOS SOCIAIS NOS ACESSOS DO "FEMININO" À CÂMARA DE DEPUTADOS (1950-2015)¹

THE MULTIPLE BASES OF SOCIAL RESOURCES IN THE "FEMALE" ACCESSES TO THE BRASILIAN CHAMBER OF DEPUTIES (1950-2015)

Cristina Altmann*

Introdução

Como já apontado pela bibliografia pertinente, as chances sociais de propensão ao engajamento em algum tipo de atividade política e de "sucesso", nesse meio particular de disputas, guarda relação com as características sociais de seus pretendentes e de recursos que podem ser investidos na competição política (GAXIE, 1980; BOURDIEU, 1998). Os processos de entrada no espaço da política, por essa perspectiva, não podem ser compreendidos sem a alusão aos

trajetos de vida que predisõem os/as agentes para esse tipo de atividade, e estão na origem, portanto, das diferentes modalidades de acesso às disputas por cargos políticos (LÉVÊQUE, 1996).

O esforço relativamente recente de objetivação dos atributos sociais que estão na origem dos padrões de recrutamento das *femmes politiques*, que emerge como categoria social na segunda metade do século XX na maior parte dos países, torna-se particularmente importante como ferramenta de pesquisa. Isso ocorre porque tal esforço per-

1. Este artigo é fruto da tese de doutorado intitulada *A política no feminino: diversificação dos recursos sociais de entrada e das carreiras de mulheres com passagem pela Câmara de Deputados (1950-2015)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2019, sob a orientação do professor Dr. Odaci Luiz Coradini.

* Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – (Porto Alegre/RS/BR). E-mail: altmann.cristina@gmail.com

mite o diálogo e a crítica dos estudos sobre profissionalização política que consideravam os *hommes politiques* como uma categoria abstrata e universal, no sentido de ser imune às divisões e às hierarquias de gênero (ACHIN, DORLIN e RENNES, 2008).

Significa que, para além da consideração dos efeitos dos trunfos associados aos diferentes recursos de posição social no espaço das posições políticas, que passaram a ser incorporados nos estudos sobre as lógicas de recrutamento político e parlamentar no contexto francês dos anos 1980, estudos recentes sobre os processos de profissionalização política, influenciados pelas vertentes feministas em sua diversidade de postulações, têm incorporado o problema das construções e hierarquizações de gênero no espaço da política (ACHIN e LÉVÊQUE, 2006).

É a partir de então que as questões sobre as condições relativamente singulares de entrada das mulheres nos espaços de disputas eleitorais, as suas estratégias de apresentação, assim como os constrangimentos e as possibilidades distintas e subalternas de carreira no interior do campo político começam a ser investigadas (FREEDMAN, 1997; DULONG e LÉVÊQUE, 2002; LATTÉ, 2002; DULONG, 2003; PAOLETTI, 2004; LÉVÊQUE, 2005; ACHIN e LÉVÊQUE, 2006; DULONG e MATONTI, 2006; SINEAU, 2011; NAVARRE, 2014).

Com base nesse tipo de preocupação analítica e tendo em vista o contexto da sociedade brasileira, o artigo apresenta e discute o processo de diversificação das bases de recrutamento das mulheres com passa-

gem pela Câmara de Deputados. O objetivo principal, portanto, que orienta a discussão a seguir, reside na análise dos condicionantes sociais subjacentes à variedade de credenciais tidas como “femininas” no espaço da política. Ou seja, trata-se de uma análise sobre as distintas possibilidades de entrada e de afirmação das mulheres, com determinadas características, nesse circuito de posições predominantemente masculino.

Quem são – do ponto de vista das origens sociais e heranças familiares, dos percursos escolares, itinerários profissionais e de engajamento –, essas agentes que, a partir de determinado momento de suas biografias, passaram a investir na ocupação de mandatos parlamentares na Câmara de Deputados? Que tipos de trunfos sociais estão na origem dos percursos de recrutamento e podem ser acionados como formas de apresentação e de legitimação política? Eis as principais questões a serem respondidas.

A pesquisa se valeu de um esforço de reconstituição sociográfica, ou seja, de caracterização dos atributos sociais das agentes, seja do ponto de vista das origens familiares e das “marcas de origem” que caracterizam os trajetos individuais, seja do ponto de vista dos recursos que são adquiridos, acumulados e atualizados ao longo dos percursos em domínios variados: títulos escolares, itinerários de associação e de militância, inserções profissionais, ocupação de cargos públicos e assim por diante.

O universo empírico da pesquisa compreendeu os trajetos do conjunto de 208 mulheres que foram eleitas ou assumiram mandatos² na Câmara de Deputados entre

2. Entre os anos 1950 e 1990, a proporção de deputadas federais cresce progressivamente, depois diminui ligeiramente. Entre os anos 1950 e 1970, dez mulheres assumiram mandatos parlamentares. Na década de 1980, foram 28; em 1990, foram 60. Nos anos 2000, esse número cai para 52; e nos anos 2010, considerando apenas a primeira metade da década, até 2015, 58 mulheres assumiram mandatos na Câmara de Deputados.

os anos de 1950 e 2015. O período relativamente extenso de tempo e a inclusão de todas aquelas que conseguiram galgar tais posições – independentemente de filtros quanto às regiões eleitorais de origem, às filiações partidárias ou no sentido do tempo de permanência em cargos dessa natureza –, possibilitaram um olhar sistemático sobre as condições de inclusão das mulheres no espaço da política e sobre os movimentos de variação – e as permanências – das bases de recrutamento do público feminino.

Em termos de fontes, foram analisadas as fichas biográficas parlamentares³ disponibilizadas para a consulta pública no próprio *site* da Câmara de Deputados. A partir desse material, foi possível construir uma listagem dos nomes e mapear informações referentes aos trajetos sociais das deputadas. A identificação e o aprofundamento sobre os trunfos relacionados com a origem social e aqueles decorrentes ou atualizados ao longo dos itinerários foram operacionalizados com base em um segundo tipo de fonte, os verbetes de apresentação biográfica⁴ do proje-

to *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB)⁵. Para a caracterização dos perfis das “pioneiras”, as primeiras ocupantes de mandatos na Câmara, entre os anos 1950 e 1970, cujas informações das fichas biográficas parlamentares e do DHBB são restritas, foi utilizado o *Dicionário Mulheres do Brasil* (SCHUMAHER e BRAZIL, 2000).

A hipótese que orienta este estudo é a da diversificação dos recursos sociais detidos pelas mulheres eleitas deputadas durante o período, especialmente a partir do final da década de 1980, quando o padrão das portadoras de laços de parentesco com “políticos” ou oriundas de “famílias políticas” entra em concorrência com outras formas de recrutamento relacionadas, por sua vez, com itinerários de inserção em “associações”, “grupos”, “lutas” e “causas” as mais variadas.

De modo semelhante, para Achin, Dorlin e Rennes (2008), a análise dos itinerários de mulheres que conseguiram ascender até as posições mais raras do sistema político, as de chefe de estado – duplamente raras por-

3. Vale a consideração de que as fichas biográficas parlamentares que servem como fonte para o estudo incluem informações bastante variadas e o seu preenchimento e disponibilização é condicionado pela disposição estratégica de mobilizar e/ou ocultar determinados atributos ou experiências em termos dos percursos individuais por parte das agentes sociais.

4. Para os casos de agentes “conhecidas” e mais dotadas de trunfos de intervenção (escolares, econômicos, familiares, partidários, cargos ocupados), os verbetes do DHBB tendem a refletir e a reproduzir as formas de apresentação acionadas pelas próprias agentes, mobilizando por vezes narrativas de origens “humildes” e percursos de “superação” pela via do “trabalho” e/ou da “escola”, ou “famílias que valorizam a educação” e assim por diante. Em suma, apenas para registrar que não se está diante de um conjunto de informações independentes de suas condições sociais de produção e que as intencionalidades de maior ou menor consagração que marcam a fabricação ou a ausência dessas fontes é algo que precisa ser considerado.

5. Esse tipo de fonte apresenta uma série de similitudes com a primeira, as fichas biográficas parlamentares, e em muitos casos, as informações disponibilizadas são praticamente as mesmas. No entanto, principalmente para as agentes “renomadas”, ou seja, para aquelas dotadas de posições de maior prestígio e reconhecimento galgados ao longo dos percursos, há um esforço de apresentação mais explícito e detalhado nesse segundo tipo de material. Isso inclui os pertencimentos familiares, por exemplo, quando as agentes são oriundas de famílias cujos antecedentes envolvem carreiras políticas, em especial, e as alianças matrimoniais, que para uma parte considerável do universo, são imprescindíveis para a compreensão dos fatores subjacentes aos recrutamentos políticos.

que altamente valorizadas na hierarquia de postos políticos e incomuns no universo de mulheres eleitas –, aponta para um movimento de diversificação das credenciais sociais que passam a ser convertidas em trunfos de legitimação. Isso porque, a partir dos anos 1990, a primeira geração de mulheres “viúvas” e “herdeiras” eleitas chefes de estado em países da Ásia e na América do Sul, entre os anos 1970 e 1990 – em conjunturas críticas e raramente eleitas pelo sufrágio universal –, entra em concorrência com perfis diversificados, menos dependentes dos esquemas de transmissão de notabilidades políticas familiares e mais relacionados com as formações escolares, os percursos de engajamento e as atuações profissionais das agentes (ACHIN, DORLIN e RENNES, 2008).

A variação dos modos de recrutamento das mulheres no espaço da política é potencializada diante da entrada de novos grupos político-partidários no contexto de redemocratização da sociedade brasileira e do crescimento eleitoral dos mesmos, ao longo da década de 1990. Para além disso, mudanças de ordem histórica e cultural relativas aos padrões de socialização de gênero, e das mulheres, mais especificamente, podem ajudar a explicar essa diversificação dos modos de entrada nas disputas por cargos políticos.

Como apontado por Guionnet e Neveu (2005), as mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XX parecem ter convergido para uma diversificação das atividades, das concepções e dos papéis desempenhados pelas mulheres em domínios variados – principalmente em função do aumento dos níveis de escolarização, das inserções em atividades remuneradas e dos afastamentos relativos das tarefas domésticas. Este conjunto de mudanças está na origem do fenômeno dos investimentos crescentes e variados das mulheres em itinerários de engajamento social e político.

Dessa forma, são excluídas do escopo do trabalho as preocupações de cunho normativo por vezes presentes nas discussões da bibliografia nacional⁶ no sentido da defesa de determinados tipos de recursos ou de “modelos” da “boa representação feminina”. Do ponto de vista da análise, como veremos a seguir, há variações significativas nos modos de entrada na política – especialmente no que se refere aos recursos de tradição política familiar, escolares, de apresentação profissional e associativos –, a depender do contexto histórico e das filiações partidárias⁷ das agentes em questão.

Na primeira seção do artigo, são analisados e discutidos os recursos de parentesco,

6. No estudo de Pinheiro (2007), por exemplo, principal referência de pesquisa teórica e empírica sobre gênero e padrões de recrutamento político na sociedade brasileira, as mulheres portadoras de trunfos de parentesco são retratadas como “(...) as deputadas que constituem-se em alguma medida em ‘fantoques’ daqueles que lhes delegaram capital político”; que atuariam “mais de acordo com estas orientações” do que “segundo convicções próprias”; e que “(...) não necessariamente desenvolverão um trabalho orientado para as mulheres ou para a defesa de seus interesses” (PINHEIRO, 2007, p. 110). Quanto às deputadas oriundas de trajetos de militância, estas diferentemente são tidas como aquelas que “(...) antes de se candidatarem, vivenciaram uma importante socialização política nesses espaços e se destacaram como lideranças comunitárias e sindicais” (PINHEIRO, 2007, p. 112).

7. Por contemplar um longo período temporal e uma diversidade de formações político-partidárias, a leitura das nuances de recrutamento é feita especialmente com base no contexto multipartidário inaugurado após a reforma partidária de 1979. Eventuais mudanças de siglas, cisões ou renomeações de partidos não foram consideradas como impeditivos de comparações para fins de análise.

com ênfase para as alianças matrimoniais com detentores de cargos e carreiras políticas, que se apresentam como a principal modalidade de recurso social de parentesco presente nos trajetos das deputadas. Na segunda, a discussão é sobre as variadas formas de associativismo que passam a ser acionadas como fonte de legitimação entre as mulheres especialmente ao longo dos anos 1980. Na terceira e última seção, os recursos escolares e os itinerários profissionais das mulheres são considerados como relevantes formas de apresentação na política e em suas especificidades de gênero. Os modos de acesso do “feminino” aos mandatos parlamentares, dessa forma, se diversificam e sinalizam para as múltiplas formas de apresentação desse público no espaço político.

1. Os laços de parentesco como base permanente de recrutamento entre as mulheres

A presença de laços de parentesco com detentores de carreiras político-eleitorais é tomada como uma dimensão do peso social das relações familiares nas bases de recrutamento de mulheres em voga. Tais recursos estão na origem de diferentes modalidades de combinação de trunfos sociais e de formas de apresentação, o que inclui desde as agentes cujos percursos e estratégias de legitimação remetem diretamente aos legados familiares de origem e/ou construídos pela via das alianças matrimoniais, no caso daquelas que se apresentam como “filhas herdeiras” e das “primeiras-damas”, até aquelas

que combinam recursos de ordem familiar e itinerários de militância, por exemplo, e investem em apresentações menos centradas nos usos desses “históricos” familiares.

Após o mapeamento dos laços de filiação paterna e matrimoniais das mulheres que assumiram mandatos na Câmara, chegou-se à constatação de que pouco mais da metade delas eram portadoras de recursos de tradição política familiar (53% ou 110, dentre os 208 trajetos). Diferentemente do que ocorre nos trajetos de homens parlamentares, cujos esquemas de transmissão de capital político familiar se dão em geral de “pai para filho”, no caso das mulheres, mais significativos que os trunfos de herança transmitidos e atualizados pela via dos núcleos familiares de origem, são aqueles que dizem respeito às alianças matrimoniais com cônjuges ocupantes de cargos eletivos e/ou públicos⁸ (68% ou 75, dentre os 110 casos).

Quando considerados sob o ponto de vista das diferentes conjunturas históricas, não abordadas em suas singularidades, haja vista os objetivos e os limites deste artigo, os recursos de tradição política familiar se apresentam como uma fonte relevante e estável de acesso do “feminino” aos cargos políticos. Entre as décadas de 1950 e 1970, do seletivo grupo de mulheres que ingressaram em mandatos eletivos na Câmara, apenas uma pequena minoria não dispunha desse tipo de credencial (3 dos 10 casos). A partir dos anos 1980 e nas décadas seguintes, ainda que a proporção de mulheres portadoras de trunfos desse tipo tenha

8. De um lado, cabe a consideração de que estes casos não incluem as influências no âmbito das famílias de origem e/ou de casais que compartilham disposições, laços de militância ou participação em outros tipos de ativismo, apenas aquelas cujo(s) membro(s) familiar(es) ocuparam cargos de natureza político-eleitoral e públicos, o que viabiliza o mapeamento desse tipo de informação e, por outro lado, não dá conta de um mapeamento mais amplo dessas formas de transmissão de disposições para “pensar o mundo” ou formas de militância compartilhadas “em casal”.

diminuído, ela tende a permanecer na marca de mais da metade dos trajetos⁹.

Quando os trajetos são considerados em função das diferentes filiações partidárias, o peso social dos trunfos de parentesco aparece com mais força em itinerários vinculados a siglas como o PDS/PP, o PMDB, ou o PFL/DEM. No sentido contrário, ou seja, no polo marcado majoritariamente por trajetos cujos recursos de entrada não remetem para as esferas das relações familiares e dos trunfos de herança política, estão as agentes filiadas ao PCdoB, ao PT e ao PSDB, cujos modos de iniciação em postos eletivos são antes relacionados a recursos de outras ordens, sobretudo escolares e associativos, como será visto adiante.

Há pontos de diálogo com os estudos nacionais sobre mulheres e política que podem ser tecidos a partir destas observações iniciais. De um lado, a pesquisa reforça os achados de estudos anteriores que sinalizaram no sentido da associação entre determinados critérios de recrutamento de mulheres e determinados grupos partidários (ARAÚJO, 2001, 2010; PINHEIRO, 2007; MARQUES, 2010; MORITZ, 2017; PINTO e SILVEIRA, 2018). De outro lado, aponta para a necessidade de não subestimar a permanência das formas de transmissão de notabilidades políticas familiares como uma dimensão que ajuda a explicar os modos de inclusão do “feminino” no espaço da política. Inclusive neste início de século 21, mesmo após as mudanças culturais que diversificaram os papéis exercidos pelas mulheres.

Diferentemente dos processos de entrada das mulheres em parlamentos de países centrais como França e Alemanha, nos quais as heranças políticas familiares apresentam um peso secundário – oscilam entre índices como 20% e 3%, respectivamente – quando comparado a outros tipos de capitais e formas de reconhecimento, sobretudo escolares, culturais e profissionais (ACHIN, 2005), no caso em pauta, o recrutamento de mulheres pela via das “famílias políticas” permanece relevante ao longo de todo o período analisado.

As lógicas sociais de reprodução de “famílias de políticos” têm sido debatidas sobretudo em estudos que tratam dos processos históricos de seleção e de afirmação de frações de elites em condições periféricas (BADIE e HERMET, 2001; SEIDL e GRILL, 2013), e portanto estão longe de constituírem-se em um tipo de atributo excepcional do público “feminino” e das suas entradas nas competições por cargos parlamentares. Entretanto, como visto, as modalidades de parentesco acionadas predominantemente pelas mulheres são outras, haja vista a centralidade das relações de conjugalidade e da construção social das “esposas de políticos”.

A predominância dos laços matrimoniais em relação aos laços de filiação, como principal modalidade de parentesco subjacente aos processos de recrutamento das mulheres, sinaliza para a dimensão das diferenciações de gênero que estão na origem das estratégias de sucessão e de reprodução familiar no espaço político, na medida em que

9. Nos anos 1980 e 1990, os trunfos de parentesco são ainda fortemente inscritos nos percursos das mulheres eleitas deputadas federais (17 dos 28 casos e 31 dos 60 casos, respectivamente). Na década de 2000, pela primeira vez, a proporção de mulheres não portadoras desse tipo de credencial é maior (30 dos 52 casos). Essa diminuição, contudo, não se mantém na década seguinte, quando as bases de recrutamento voltam a estar mais associadas com as lógicas dos apoios familiares e matrimoniais (33 dos 58 casos).

as operações sociais de construção de “herdeiros” ou de “herdeiras” implicam o acionamento de concepções e de representações distintas, sobretudo no que se refere, no caso das mulheres, à mobilização do papel social de “esposa colaboradora”¹⁰ (RESTIER-MELLERAY, 2005).

Mais do que as alianças matrimoniais, em si mesmas, estão em jogo os usos de concepções e práticas correspondentes ao papel de “esposa colaboradora”, na maior parte das vezes associadas com os investimentos em determinadas formas de atuação e de “defesa do social”, seja por meio da inserção em “grupos”, “causas”, “conselhos”, seja por meio da atuação em cargos de gestão pública do social que competem histórica e culturalmente às figuras das “primeiras-damas” – uma tradição que segue sendo reproduzida em uma diversidade de contextos locais e/ou regionais.

Cabe a consideração, para concluir a discussão desta seção, de que os recursos de parentesco das mulheres não estão desvinculados de outras formas de apresentação pessoal. Isso indica que as operações de transmissão de notabilidades políticas familiares estão longe de simples automatismos decorrentes de determinados esquemas herdados, pois implicam sucessivas disposições e investimentos por parte daquelas que se dispõem a ingressar nessas posições e dar sucessão aos patrimônios herdados (GRILL, 2017; 2020). Esses investimentos dizem respeito tanto às formações escolares e aos títulos universitários obtidos, quanto às ex-

periências de “participação social” e aos cargos previamente ocupados.

2. As formas de associativismo como fontes de legitimação das mulheres nos espaços da política a partir do final dos anos 1980

Como já apontado pela literatura pertinente, as relações entre os usos de vínculos associativos e as disputas político-eleitorais não decorrem de alguma regra geral, mas de configurações específicas (CORADINI, 2001, 2007) nas quais estão em jogo formas simbólicas de retribuição intimamente associadas com os distintos recursos sociais e as esferas de atuação pelos quais os/as agentes transitam (CORADINI, 2010).

Se, como já abordado, os usos de vínculos associativos acionados como credenciais de apresentação na política foram intensificados – no caso brasileiro especialmente entre a década de 1980 e o início dos anos 2000 (CORADINI, 2011) –, cabe em um primeiro momento a indagação sobre possíveis dinâmicas sexuadas de mobilização desse tipo de credencial, ou seja, indicar se esses processos de incremento nos usos de vínculos associativos também se fizeram presentes nos trajetos das mulheres, ou se se apresentam como fontes de “liderança” mais próximas e válidas para o universo masculino.

O mapeamento das apresentações biográficas das mulheres eleitas deputadas federais a partir dos anos 1950 mostra que pouco mais da metade delas se valeu do uso de credenciais relativas a algum tipo de “participa-

10. Em contextos como o da sociedade francesa, os repertórios de intervenção de mulheres no campo político e midiático pela via dos investimentos no papel de “esposas colaboradoras” estariam sendo reativados nas últimas décadas no campo das representações midiáticas e dos agentes do campo político sobretudo enquanto estratégias de apresentação e de afirmação dos políticos masculinos, que remetem para as crenças fortemente arraigadas socialmente acerca da divisão e da complementariedade do “feminino” e do “masculino” (RESTIER-MELLERAY, 2005).

pação social” ou itinerário de associativismo (59% ou 122, dentre os 208 trajetos). Quando os usos de vínculos associativos são tomados de acordo com os períodos de ingresso de mulheres na Câmara, da mesma forma como apontado para o universo de homens eleitos deputados, senadores e ministros entre os anos 1980 e início dos anos 2000 (CORADINI, 2007), os percursos das mulheres também apontam para um crescimento importante desse tipo de recurso.

A intensificação dos usos dos recursos de participação social pelas mulheres eleitas deputadas federais começa a se dar no final de década de 1980. De forma mais específica, entre os anos 1950 e 1970, dentre os 10 trajetos analisados, apenas dois deles se valiam desse tipo de credencial. Nas décadas de 1980, 1990 e 2000, diferentemente, essa proporção cresce de modo progressivo (61%, 65% e 71%, respectivamente) e indica que a hipótese do incremento das bases associativas, como fontes de legitimação para a ocupação de cargos públicos, também se aplica ao universo das mulheres eleitas.

Outro aspecto importante do histórico de mudanças dos recursos de base associativa, convertidos em formas “femininas” de apresentação política, está relacionado ao tipo de associativismo mobilizado. Se os itinerários de associativismo eram raros nas apresentações biográficas das eleitas entre as décadas de 1950 e 1970, e estavam vinculados às atividades de voluntariado social e de filantropia, a partir do final dos anos 1980 eles são ampliados e diversificados, pois passam a carregar representações e significados distintos. Estes significados variados dizem respeito às novas esferas ou grupos de atuação tais como o sindicalismo, a política estudantil, os movimentos populares, as organizações não-governamentais e os conselhos públicos dedicados ao trata-

mento de uma diversidade de “problemas” e de “públicos” sociais.

Ainda que a variedade das concepções e dos significados subjacentes a essas práticas sociais só possa ser compreendida adequadamente à luz de um exame minucioso, em termos dos percursos individuais, quando são tomadas as relações entre os usos de vínculos associativos e as filiações partidárias é possível novamente identificar polos mais ou menos marcados pela mobilização desse tipo de recurso. Em um primeiro grupo estão os percursos vinculados a partidos como PT, PCdoB e PSB, majoritariamente caracterizados pelo acionamento generalizado de trunfos de “participação social”. Em partidos como o PSDB, o PMDB, o PTB, o PDT e o PP, por sua vez, os itinerários de inserção em grupos e causas variadas são menos recorrentes, ainda que não possam ser considerados como inexistentes.

Desde os anos 1950, as inserções em atividades de caráter filantrópico e de voluntariado social têm sido acionadas como trunfos de apresentação nas disputas por cargos políticos, principalmente pelas mulheres dotadas de recursos de parentesco e de tradição política familiar. Raramente combinados com outros tipos de engajamentos, os investimentos em atividades filantrópicas e de voluntariado são geralmente operacionalizados pelas agentes filiadas a partidos como o MDB/PMDB e ao PDS/PP.

Ao longo dos anos 1980, de modo distinto, são acionadas estratégias de legitimação com base em itinerários de engajamento forjados em grupos e causas militantes estudantis que estão bem menos próximas das esferas de socialização e de recursos de herança política familiar. Os casos mais frequentes aqui são vinculados a partidos como o PT e o PCdoB e remetem a entradas relativamente precoces em carreiras eleti-

vas, inferior aos 30 ou aos 40 anos de idade, por exemplo. A maior parte dessas entradas pela via das inserções em grupos estudantis, são atualizadas com inserções de tipo sindical e/ou relacionadas com participações em “conselhos públicos”. Muitas delas estão relacionadas com as lutas políticas forjadas, via grupos de militâncias no contexto da ditadura militar, que se atualizaram de formas variadas no período da redemocratização (REIS, 2015).

As inserções em “movimentos” de tipo “popular” ou “comunitário” são igualmente mobilizadas como credenciais de apresentação a partir do final da década de 1980, e novamente estão concentradas em percursos vinculados ao PT e depois distribuídas em uma variedade de agrupamentos partidários (PSB, PCdoB, PMDB e PFL). Estão incluídas nesta modalidade de vínculos associativos os usos de trunfos relacionados a participações em movimentos como “associação de moradores”, “comunitárias” ou de “favelas” em regiões urbanas específicas, e ainda um pequeno grupo de mulheres que reivindica trunfos de legitimação forjados via militância católica em “comunidades eclesiais de base” e em regiões rurais e de “assentamentos”.

De forma semelhante, também a partir dos anos 1980, começam a ser acionados os trunfos associativos relacionados com as inserções em sindicatos, que são fortemente circunscritos a determinados partidos, especialmente ao PT, ao PCdoB e ao PSB. As credenciais de participação em entidades de professores correspondem a quase metade dos “históricos de sindicalismo” das mulheres. Depois disso aparecem as inserções em entidades do funcionalismo público, a advocacia, a atividade médica ou outras atividades profissionais de ensino superior.

As mulheres eleitas ao longo dos anos 1990, mobilizam nas suas apresentações também os pertencimentos aos conselhos de ordem profissional, em geral de categorias escolarizadas e marcadas pela posse de diplomas de nível superior. As ênfases recaem sobre itinerários profissionais ligados em especial a áreas como a saúde (medicina, odontologia, enfermagem), a educação, a psicologia e a psicanálise. Assim como na modalidade anterior, este tipo de credencial é mais recorrente em determinados grupos e siglas partidárias, como o PT e o PMDB.

A partir da década de 1990, e com mais força nos anos 2000, crescem entre as deputadas federais as apresentações centradas em itinerários de “atuação social” pela via dos conselhos municipais e estaduais direcionados ao tratamento de causas “públicas”. Os usos desses trunfos de participação, diferentemente dos descritos até então, são mais difusos e generalizados, seja no sentido das filiações partidárias, seja no sentido da posse ou não de trunfos relacionados ao pertencimento às “famílias de políticos”. Ou seja: mulheres de diferentes partidos e dotadas ou não de laços de parentesco com “políticos” passaram a mobilizar a participação social em conselhos municipais e estaduais como forma de apresentação pessoal.

Cabe observar que nesta modalidade de engajamento, a maior parte dos nichos de atuação estão diretamente relacionadas a temas como “crianças”, “mulheres”, “assistência social”, “educação” e, em menor medida, “saúde”. Tais nichos de atuação são aqueles que histórica e simbolicamente foram concebidos como condizentes com os papéis sociais do “feminino”. Estas modalidades de engajamento aparecem, portanto, fortemente marcadas pelos processos de

divisão sexual do trabalho¹¹ e pela reprodução de concepções¹² e de práticas políticas amparadas nas divisões e nas hierarquizações de gênero.

A mobilização de competências políticas, relacionadas simultaneamente com a esfera do “cuidado” e do “feminino”, é atualizada na década de 1990 através de iniciativas como a “criação” de “entidades” de caráter “social”, tais como “organizações não-governamentais”, “institutos” e “fundações”. Estas iniciativas são protagonizadas principalmente pelas deputadas dotadas de recursos de parentesco centrados em alianças matrimoniais e filiadas a partidos como PP, PMDB, PSDB e DEM. A especialização no social como forma de competência política é reforçada do ponto de vista das “bandeiras” que são apresentadas – a “defesa da vida”, dos “deficientes físicos”, as “lutas” pela “paz no trânsito”, a “defesa das crianças e da família” ou das “mulheres”, e assim por diante.

Eis outro ponto de diálogo e de semelhança com a literatura que problematiza os tipos de engajamentos vinculados ao “feminino”, que podem ser reconvertidos em cargos políticos. Para as mulheres, em especial, estariam mais em voga as inserções em “associações de proximidade”, como as entidades escolares, as comunitárias e/ou religiosas, por exemplo, em detrimento das associações historicamente associadas aos agentes masculi-

nos e suas atuações no campo político, como as centrais sindicais e as entidades profissionais (ACHIN e LÉVÊQUE, 2006). Isso ajudaria a explicar em parte a fragilidade dos recursos políticos detidos pela maioria das mulheres e a necessidade de outras fontes de legitimação¹³ nas disputas eleitorais.

Já os usos de itinerários de associativismo de caráter empresarial, comercial e/ou em entidades de produtores agrícolas, fortemente inscritos no universo dos agentes masculinos que se inserem nos espaços da política (CORADINI, 2007), no caso das mulheres são raros e recentes, pois começam a aparecer nas apresentações das deputadas que são eleitas nos anos 2000. Tal tipo de credencial pode ser creditado às mulheres com filiações partidárias relativamente variadas (PMDB, PTB, PSB, PST e DEM) e é mais presente nos percursos daquelas cujos recrutamentos se dão pela via das “famílias de políticos”.

Quando os itinerários de associativismo e de participação social são, por fim, considerados sob o ponto de vista da posse ou não de recursos de parentesco e de tradição política familiar, é possível estabelecer modalidades relativamente distintas de apresentação das mulheres eleitas. Para as dotadas de herança política familiar, os principais trunfos de participação remetem para as causas forjadas em nome do voluntariado e da assistência social,

11. Para Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, sendo historicamente relacionada a cada sociedade. A destinação social prioritária de homens para as atividades produtivas e das mulheres para a esfera das atividades reprodutivas implica princípios de diferenciação entre atividades tidas como masculinas ou femininas e de hierarquização entre elas, porém suas modalidades práticas podem variar no tempo e no espaço.

12. O trabalho de Barreira (2008) é exemplar a respeito das especificidades discursivas e simbólicas que marcam os modos de apresentação “femininos” nas disputas eleitorais.

13. Na bibliografia nacional, estudos como o de Marques (2010) sugerem igualmente que as credenciais de participação das mulheres eleitas em grupos e movimentos sociais seriam dotadas de singularidades – quanto aos tipos de “movimentos” e/ou grupos de atuação. Se entre os homens, os vínculos com destaque seriam aqueles relacionados às inserções em sindicatos de caráter empresarial e patronal, os engajamentos das mulheres eleitas remeteriam antes para movimentos sociais “de outros tipos” (MARQUES, 2010).

que se renovam ao longo dos anos 1990 pela via das inserções em conselhos e da criação de entidades como “ONGS”, “institutos” e “fundações”.

No outro polo, daquele das agentes cujos percursos são menos próximos dos esquemas de transmissão de heranças políticas familiares e que ingressam em postos eletivos, principalmente a partir do final dos anos 1980, os usos de vínculos associativos remetem antes para inserções em grupos de política estudantil, de movimentos populares e de grupos de atuação profissional e sindical, e estão concentrados em determinados partidos situados mais à esquerda no espectro político-ideológico.

Nesse sentido, as oposições estanques criadas entre legitimidades centradas em “capital familiar” ou de “capital coletivo de movimentos sociais” (PINHEIRO, 2007), não dão conta de captar a natureza compósita das operações de combinações dos trunfos tecidas pelas agentes ao longo de seus percursos. Seja porque recursos de herança política familiar e aqueles galgados a partir de inserções em grupos militantes não se excluem em muitos trajetos, seja porque mesmo quando são tomados os percursos das “herdeiras” e das “primeiras-damas”, também há trunfos de participação social que são acionados como formas de apresentação política (em 46% dos trajetos marcados pela posse de trunfos de parentesco também são acionados históricos de inserção em algum “grupo”, “causa”, “conselho”, etc.).

Em suma, os históricos de pertencimento a grupos e “causas”, as mais variadas, foram intensificados e diversificados, ao longo das últimas décadas, pelas mulhe-

res que ingressaram em mandatos na Câmara de Deputados, de certa forma capacitados pelo crescimento eleitoral de grupos partidários que tendem a valorizar essas lógicas de seleção em seus processos internos de recrutamento. Isso não significa, entretanto, que os itinerários de associativismo e de participação social estejam restritos a determinados partidos, como já dito.

Além disso, cabe a consideração de que os sentidos atribuídos a tais itinerários de engajamento são variados, e só podem ser elucidados através de exames minuciosos e individuais dos percursos das agentes, em sua totalidade de inscrições sociais. Um estudo exemplar, nesse sentido, pode ser encontrado em Reis (2014), que se dedicou ao exame dos itinerários de um pequeno grupo de mulheres cujos trajetos são marcados simultaneamente por inscrições culturais e pela inserção em cargos políticos. Neste caso, mais do que as modalidades de entrada no espaço político, estão em debate as múltiplas e raras condições sociais implicadas na permanência e na ascensão das mulheres em carreiras políticas.

3. Os recursos escolares e as lógicas de apresentação profissional “femininas” na política

A consideração do nível de escolaridade, tomado aqui como variável indicativa das diferentes formas de aquisição de trunfos escolares que podem ser utilizados como créditos de apresentação social e de legitimação política, indica um perfil predominante de mulheres eleitas deputadas dotadas de recursos escolares elevado¹⁴ –

14. No polo daquelas menos dotadas de trunfos escolares, as formações de nível primário são praticamente raras (apenas três casos, ou 1%); as de nível secundário (15 casos, ou o equivalente a 7% do universo) e médio (13 casos, ou 6%) são igualmente restritas. De forma intermediária, há ainda aquelas que passa-

77% ao longo de todo o período das formações escolares declaradas abrangem a formação no ensino superior ou contemplam os estudos de pós-graduação.

Quando a posse de títulos universitários é avaliada com base nos diferentes períodos históricos, não há oscilações significativas. Se entre as eleitas no período dos anos 1950 e 1970, a proporção de posse de diploma de nível superior era de 60%, para as ingressantes em mandatos nos anos 1980 e 1990 esse índice chega aproximadamente a 80%; depois diminui para marca de 70% nos anos 2000 e volta a aumentar na década seguinte para o mesmo patamar (81%) das décadas anteriores. Em comparação com as bases de recursos de herança familiar ou de base associativa, anteriormente mapeadas e discutidas, os recursos escolares são aqueles, portanto, com maior difusão social entre as mulheres com passagem pela Câmara de Deputados, reforçando assim a associação entre as lógicas de escolarização e as lógicas de acesso aos cargos políticos.

Sendo a posse dos diplomas universitários for avaliada de acordo com as filiações partidárias das deputadas, pode-se constatar que os recursos de escolarização se constituem como um tipo de trunfo social que se apresenta em condições de menor dependência ou relação com determinados grupos partidários e seus processos de recrutamento. Ou seja: os recursos escolares elevados não podem ser creditados a um ou outro partido. Pelo contrário, a não predominância de mulheres eleitas portadoras

de títulos universitários é uma situação atípica que pode ser associada a apenas dois partidos¹⁵, PTB e PDT. No polo oposto, das mais escolarizadas, estão principalmente as filiadas a partidos como o PSDB, o PP e o PSB, cujos índices de deputadas com diplomas universitários giram em torno de 90%, ou ao PT e ao PMDB, cujos índices giram em torno de 80%.

Mais do que a posse em si de determinados títulos universitários, trata-se de mostrar como os processos de atribuição social de competências “profissionais”, tidas como femininas, também são reproduzidas para o espaço das disputas e dos cargos políticos. Isso porque, se, de um lado, os processos de escolarização das mulheres e das suas entradas no mercado de trabalho remunerado podem ser considerados como aspectos-chave no esforço de análise dos modos sociais de inserção desse público, relativamente raro no espaço da concorrência masculina por posições de autoridade política; de outro lado, as áreas dos diplomas escolares e as autot classificações profissionais remetem para as tradicionais lógicas de divisão sexual do trabalho.

O mapeamento dos cursos de nível superior frequentados é bastante sugestivo acerca das divisões de gênero e das especificidades associadas às formações escolares das deputadas. Isso porque, para além das áreas tradicionais de formação escolar dos deputados, como direito e medicina, estão aqueles frequentados principalmente por mulheres, os quais sinalizam para os domí-

ram a declarar, principalmente a partir da década de 1990, o nível de escolaridade “ensino superior incompleto” (10 casos, ou 5%), indicando por vezes investimentos ainda inconclusos em diplomas de nível superior, associados tanto às idades relativamente jovens de ingresso em cargos políticos e eleitorais como às formações universitárias em momentos biográficos mais tardios.

15. Ambos os partidos, PDT e PTB, elegeram oito deputadas entre os anos 1950 e 2015. No primeiro caso, do PDT, a metade das eleitas declararam ter o ensino superior. No segundo caso, do PTB, três das oito eleitas declararam ter o ensino superior – uma situação atípica em relação aos demais partidos.

nios de intervenção “social” e para o universo das vocações profissionais tidas como femininas, incluindo cursos como letras, pedagogia, psicologia, comunicação social e serviço social.

A forte concentração nas áreas das “sociais aplicadas” (43%), das “ciências humanas” (22%), da “saúde” (14%) e das “letras e artes” (12%) – que juntas correspondem a 90% dos títulos universitários detidos –, e em outro extremo, a raridade relativa de títulos em áreas como “engenharias”, “exatas” e “agrárias” – que correspondem a apenas 5% do universo –, reforçam os debates em torno das especificidades das formações escolares e das atividades profissionais convertidas pelas agentes em formas de autoridade política. Há diferenças importantes em relação aos itinerários de formação escolar e profissionais dos deputados que raramente são elencadas pela bibliografia como “competências profissionais” associadas ao *métier* político pelos estudos (DOGAN, 1999; OFFERLÉ, 1999).

O problema da relação entre os recursos escolares detidos e as atividades profissionais desempenhadas ao longo dos percursos individuais está longe de ser facilmente operacionalizado do ponto de vista da análise, haja vista que as modalidades práticas de combinação entre as credenciais escolares detidas e as atividades ocupacionais desempenhadas engendram uma trama bastante variada de possibilidades de inserções sociais e de concepções implícitas a respeito delas¹⁶.

Ainda assim, as ocupações declaradas servem como indicadores dos diferentes trunfos que são valorizados e mobilizados pelas deputadas em seus históricos pessoais de “atuação profissional”. Não está em questão a consideração *a priori* de determinadas afinidades sociais existentes entre determinadas profissões e os investimentos em cargos de natureza política, mas o pressuposto de que as ocupações e/ou os itinerários ocupacionais se constituem em potenciais fontes de legitimação tendo em vista as disputas por cargos político-eleitorais.

No caso específico em pauta, o “magistério” é a principal ocupação declarada e corresponde a mais de um terço das apresentações profissionais (80 percursos, entre os 208 considerados, o equivalente a 39%). Ocupações como advogada, funcionária pública, empresária, jornalista, médica, psicóloga e assistente social também estão entre as mais recorrentes no universo das mulheres eleitas, mas com um peso consideravelmente menor (variam entre 5% e 15% do total das declarações profissionais).

Nesse sentido, ainda que as atividades tradicionalmente associadas ao *métier* político masculino apareçam no universo das apresentações das deputadas – as mais recorrentes são advocacia, funcionalismo público, empresariado, jornalismo e medicina –, elas possuem um peso reduzido diante da categoria do professorado, acionada na maior parte dos “históricos profissionais” das mulheres eleitas. O mapeamento

16. Como apontou Coradini (2001), a variedade dos usos e das concepções de atuação profissional só pode ser compreendida integralmente a depender das vinculações e dos pertencimentos elaborados em termos de origem e de trajetória social. Cabe a consideração ainda de que as ocupações utilizadas como trunfos de apresentação pelas agentes podem dizer tanto respeito ao exercício de atividades já desenvolvidas em algum momento remoto ou atual de seus trajetos, como podem remeter exclusivamente a posse de títulos universitários, ou seja, que não tenham sido necessariamente desempenhadas enquanto atuações profissionais.

dessas ocupações reforçam, por sua vez, as contribuições da bibliografia no sentido de que as diferenciações de gênero construídas nas várias esferas da vida social e em particular no espaço de aquisição de competências escolares e profissionais tendem a se reproduzir também nos espaços da política¹⁷ (GUIONNET e NEVEU, 2005; ACHIN, 2005).

Na outra ponta, no universo das ocupações mais próximas das atividades manuais e potencialmente menos valorizadas do ponto de vista social, os acionamentos de credenciais profissionais sem nenhum tipo de formação técnica, ligadas ao trabalho doméstico não remunerado, expresso sob a categoria “do lar”, ou as não respostas, que indicam potencialmente a inexistência de itinerários profissionais, correspondem a menos de 10% do universo. Esta parcela, vale reforçar, é bastante restrita diante do elevado contingente de mulheres dotadas de títulos universitários e que mobilizam em suas apresentações algum tipo de classificação ou de itinerário profissional¹⁸, geralmente associados aos seus recursos escolares.

Quando as classificações profissionais são examinadas em função dos diferentes momentos históricos, o domínio da categoria do professorado se mantém ao longo do tempo e apenas na última década deixa de ser aquela que corresponde ao principal meio de atuação profissional declarado pelas mulheres ocupantes de mandatos parlamentares. Na primeira geração dos anos 1950-1970, entre as dez deputadas, seis delas se apresentam como professoras. Nas décadas seguintes, entre os anos 1980 e 2000, a proporção de professoras oscila em torno de 45%. A diminuição do peso social desta categoria ocorre apenas nos anos 2010, quando menos de 20% das agentes declararam-se professoras, indicando uma maior diversificação das áreas “femininas” de atuação profissional transportadas para o universo dos cargos políticos.

O domínio da classificação profissional do professorado entre as mulheres tende a se estender a praticamente todas as siglas partidárias, ainda que com mais força entre umas do que outras. As recrutadas pelo PT são as que mais se apresentam como pro-

17. A discussão sobre as atividades profissionais mais facilmente convertidas ou transportáveis para o mé- tier político em função do sexo dos/as agentes sociais têm sido questionada em estudos recentes como o de Achin (2005), que aponta para as singularidades implicadas nos padrões de recrutamento socioprofissional de mulheres que ocupam posições políticas em países como França e Alemanha, seja sob o ponto de vista de sua sub-representação em atividades profissionais tradicionalmente associadas à profissionalização política masculina – como a advocacia, a medicina e os altos funcionários –, seja sob o ponto de vista da sua representação em outras categorias, tais como as profissões científicas e, principalmente, o professorado, até então tido pela literatura como circunscrita aos processos de recrutamento de grupos partidários mais à esquerda, dentre os socialistas e comunistas em especial, como apontado pelo estudo de Dogan (1999). Enquanto as atividades ligadas à educação representam cerca de 25% das profissões de origem das deputadas alemãs e francesas, as categorias profissionais que são sistematicamente mais importantes no universo masculino, como as profissões jurídicas, liberais e ligadas aos ramos empresarial e administrativo, não ultrapassam 10%, quando são considerados os trajetos das mulheres eleitas nos dois países.

18. No estudo de Achin, por exemplo, o peso da classificação *femmes au foyer* (“donas de casa”), inexistentes para o universo masculino, é consideravelmente maior e representa aproximadamente 15% das mulheres que chegaram ao parlamento na Alemanha, evidenciando novamente as divisões de gênero que atravessam o universo das classificações e dos recursos profissionais que podem ser mais facilmente convertidas ou transportadas para as atividades políticas (ACHIN, 2005).

fessoras (27 casos), depois como funcionárias públicas e advogadas (6 e 5 casos, respectivamente). Em partidos como o PMDB e o PSDB, a categoria professora também é a mais recorrente (10 entre as 34 eleitas pelo PMDB e 9 dentre as 19 eleitas pelo PSDB). No PP, isso acontece em menor medida, mas ainda assim, três classificações profissionais são igualmente acionadas: professoras, funcionárias públicas e empresárias.

Duas considerações importantes podem ser feitas a partir das descrições anteriores. Em primeiro lugar, há alguma variação entre os modos de apresentação profissional das mulheres com passagem pela Câmara dos Deputados em função dos partidos políticos, aspecto que, sem dúvida, merece atenção, pois indica que há modos de seleção e de recrutamento, no sentido da formulação e da operacionalização de critérios mais valorizados e em voga nestes agrupamentos. De outro lado, chama-se à atenção para as especificidades de gênero que marcam o universo das competências profissionais transpostas para o espaço político. Seja porque os tradicionais “viveiros” profissionais masculinos encontram-se relativamente reduzidos no universo das atividades declaradas pelas mulheres que acessaram mandatos parlamentares, seja porque há categorias de formações escolares e de atividades profissionais que parecem assumir um perfil marcadamente “feminino” na política, como aquelas relacionadas ao exercício do magistério.

Considerações finais

A análise descritiva das bases sociais de entrada das mulheres com passagem pela Câmara dos Deputados, durante o período analisado, é reveladora de um processo de diversificação dos recursos detidos pelas agentes,

especialmente a partir dos anos 1980 e início dos anos 1990, no contexto de abertura e de redemocratização do país, quando o padrão predominante das agentes dotadas de trunfos relativos à herança política familiar entra em concorrência com outros tipos de recursos, principalmente aqueles oriundos de inserções em organizações militantes, sindicais e/ou partidárias situadas mais à esquerda no espectro político e ideológico.

Constata-se, desde a primeira geração de eleitas entre os anos 1950 e 1970, que os esquemas familiares de socialização e de iniciação em postos políticos estão presentes na maioria dos percursos analisados. A partir dos anos 1980, entretanto, outras bases de recursos sociais começam a ser acionadas como trunfos de participação “feminina”, especialmente aqueles relacionados aos recursos de ordem escolar (títulos universitários) e/ou aos itinerários de pertencimentos e de engajamentos em “grupos” e “causas” as mais variadas (sociais, profissionais, sindicais, conselhos municipais, ONGs, etc.).

Os usos de vínculos associativos são ampliados e diversificados nos anos 1980 para esferas de atuação como o sindicalismo, a política estudantil e os movimentos populares. Ao longo dos anos 1990, outras formas de engajamento “no social” passam a ser mobilizadas nas apresentações das deputadas, seja pela via de iniciativas como a criação de ONGs e de institutos voltados para determinados “problemas”, geralmente relacionados às “minorias”, seja pela via das participações em “conselhos públicos”, que contempla o maior número de engajamentos de participação entre as deputadas.

Se os itinerários de inserção em conselhos públicos podem ser creditados a trajetos de mulheres de praticamente todos os partidos, os históricos de participação em entidades sindicais, nos movimentos popu-

lares e *estudiantis* são antes circunscritos a determinados partidos, tais como PT, PCdoB e PSB. Ou seja: as diferentes modalidades de engajamento acionadas pelas deputadas guardam alguma relação com os processos de recrutamento das diferentes siglas partidárias.

Este movimento de diversificação dos recursos, entretanto, não significa que os laços de parentesco tenham historicamente deixado de incidir sobre as entradas de mulheres em cargos parlamentares. Pelo contrário, o artigo auxilia no entendimento da persistência dos lastros sociais dessa modalidade particular de legitimação política entre as mulheres. No contexto em pauta, a análise dos trajetos das mulheres com passagem pela Câmara de Deputados é reveladora de que os itinerários de engajamento social e de profissionalização política são recorrentemente gerados e atualizados a partir das inscrições familiares das agentes.

Enquanto as bases de recrutamento centradas em credenciais de tipo familiar e associativo estão mais diretamente relacionadas com os padrões de recrutamento e de seleção partidária, na dimensão referente aos recursos escolares detidos, a posse elevada de diplomas universitários aparece como um tipo de trunfo social menos dependente dos processos de seleção partidária. Isso porque o perfil majoritário de mulheres, cujos trajetos são marcados pela posse de títulos universitários, está distribuído de forma equilibrada entre os diferentes partidos e ao longo das décadas, indicando não se constituir necessariamente como um filtro de seleção partidária, mas como um relevante filtro social tendo em vista a entrada no espaço político.

Mais do que a posse em si de títulos de nível superior, tratou-se de demonstrar que as lógicas de gênero que conformam a atri-

buição de determinadas competências profissionais também encontram correspondência nas formas de apresentação política (ACHIN, 2005). Isso pode ser evidenciado tanto pela descrição das áreas de formação e dos cursos de nível superior mais frequentados como pela observação das declarações profissionais das mulheres eleitas deputadas federais.

A forte concentração em áreas de formação universitária como “sociais aplicadas”, “ciências humanas”, “saúde” e “letras e artes”, de um lado, e a raridade de cursos de nível superior em áreas como “engenharias”, “agrárias” e “exatas”, de outro, são sugestivas a respeito disso. As dinâmicas de diferenciação de gênero que atravessam os modos sociais de constituição de determinadas competências “profissionais” que são reproduzidas para o espaço político também estão expressas no predomínio da categoria do professorado como a atividade ocupacional mais recorrente entre as apresentações das mulheres eleitas deputadas federais. Se forem consideradas de modo agregado, as ocupações que guardam relação com a posse de títulos universitários correspondem à ampla maioria das atividades profissionais declaradas, o que corrobora o peso social dos recursos escolares como forma de legitimação – também das mulheres – no acesso aos cargos políticos.

Há, para concluir, uma necessidade de avançar na compreensão das modalidades de combinação dos recursos sociais que estão na origem dos percursos analisados. As concepções e os significados que revestem os vínculos de parentesco, escolares, profissionais e de caráter associativo presentes nos percursos só podem ser elucidados na medida em que estes são relacionados com as disposições e com os demais atributos ou inserções sociais que são convertidas pelos/

as agentes – individual e coletivamente – em fontes de autorização para o ingresso e a permanência nas competições políticas. O desafio para os próximos trabalhos, por este ângulo, diz respeito ao entendimento de como esses recursos podem ganhar sentidos distintos – dependendo das condições a partir dos quais são gerados e atualizados pelas agentes em um espaço ainda tão marcadamente masculino.

Referências

ACHIN, C. Les “liaisons paradoxales”: genre, ordre politique et ordre social en France et en Allemagne. *Raisons Politiques*, v. 3, n. 15, p. 85-96, 2004.

_____. Le mystère de la chambre basse: Comparaison des processus d’entrée des femmes au Parlement France-Allemagne 1945-2000. Paris: Dalloz, 2005.

ACHIN, C.; LÉVÊQUE, S. *Femmes en politique*. Paris: La Découverte, 2006.

ACHIN, C.; DORLIN, E.; RENNES, J. Capital corporel identitaire et institution présidentielle: réflexions sur les processus d’incarnation des rôles politiques. *Raisons Politiques*, v. 3, n. 31, p. 5-17, 2008.

ARAÚJO, C. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Revista Dados*, v. 44, n. 1, p. 155-194, 2001.

_____. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao Legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 2, p. 567-584, 2010.

BADIE, B.; HERMET, G. Les dynamiques orphelines. In: BADIE, B. et HERMET, G. (Dir.) *La politique comparée*. Paris: Dalloz, 2001, p. 169-196.

BARREIRA, I. *Imagens ritualizadas: apresentação de mulheres em cenários eleitorais*. São Paulo: Pontes, 2008.

BOURDIEU, P. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 163-202.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem?* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista Sociologia Política*, v. 28, p. 181-203, 2007.

_____. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, p. 241-256, 2010.

_____. Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 1, p. 197-220, 2011.

DOGAN, M. Les profession propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, M. *La Profession Politique*. Paris: Belin, 1999.

DULONG, D. Des actes d’institution d’un genre particulier: les conditions de légitimation des femmes sur la scène électorale (1945 et 2001). In: LAGROYE, J. (Dir.) *La politisation*. Paris: Belin, 2003, p. 47-77.

DULONG, D.; LÉVÊQUE, S. Une ressource contingente. Les conditions de reconversion du genre em ressource politique. *Politix*, v.15, n. 60, p. 81-111, 2002.

DULONG, D.; MATONTI, F. Reproducción en la revolución: género y mujeres frente a la ley francesa de paridad en política. *Revista Política*, n. 46, p. 83-106, 2006.

FREEDMAN, J. *Femmes politiques: mythes et symboles*. Paris: L’Harmattan, 1997.

GAXIE, D. Les logiques du recrutement politique. *Revue Française de Science Politique*, v. 30, n. 3, p. 5-45, 1980.

GRILL, I. G. Bases sociais, representações e usos de espólios simbólicos em ‘famílias de políticos’. *REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais*, v. 17 (33), p. 125-162, 2020.

- GRILL, I. “Heranças Políticas” no Rio Grande do Sul. *Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)*, Curitiba, v.3, n.1, p. 471-484, 2017.
- GUIONNET, C.; NEVEU, E. Genre, politique et espace public. In: GUIONNET, C. et NEVEU, E. *Féminins/Maculins: Sociologie du genre*. Paris: Armand Colin, 2004, p. 185-218.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- LATTÉ, S. Cuisine et dépendance. Les logiques pratiques du recrutement politique. *Politix*, v. 15, n. 60, p. 55-80, 2002.
- LÉVÊQUE, S. L’entrée en politique: bibliographie sur les conditions sociales de la professionnalisation et de la réussite politique en France. *Politix*, v. 9, n. 35, p. 171-187, 1996.
- _____. La féminité “dépasseé”? Usages et non-usages du genre dans les professions de foi des candidat(e)s parisien(ne)s aux élections législatives de 2002. *Revue Française de Science Politique*, v. 55, p. 501-520, 2005.
- MARQUES, D. Gênero e Carreira política: o que diferencia deputadas e deputados federais em suas trajetórias? In: ENCONTRO ANUAL da ANPOCS, 34, 2010, Caxambu. *Anais* São Paulo: ANPOCS, 2010.
- MORITZ, M. L. Familismo e gênero no Congresso Brasileiro (2006-2014). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th Women’s Worlds Congress, 2017, Florianópolis. *Anais ...* Florianópolis: UFSC, 2017.
- NAVARRÉ, M. De la professionnalisation au désengagement: Les bifurcations dans les carrières politiques des élues en France. *Politique et Sociétés*, v. 33, n. 3, p. 79-100, 2014.
- OFFERLÉ, M. Professions et profession politique. In: OFFERLÉ, M. *La profession politique: XIX-XX siècles*. Paris: Belin: 1999, p. 7-35.
- PAOLETTI, M. L’usage stratégique du genre em capagne électorale: éléments d’observation participante. *Travail, Genre et Sociétés*, n. 11, p. 123-141, 2004.
- PINHEIRO, L. S. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- PINTO, C. R. J.; SILVEIRA, A. Mulheres com carreiras políticas longevas no Legislativo brasileiro (1950-2014). *Revista Opinião Pública*, v. 24, n. 1, p. 178-208, 2018.
- REIS, E. T. Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política: um estudo sobre militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ZOUK; São Luís: EDUFMA, 2015.
- _____. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 233-263, 2014.
- RESTIER-MELLERAY, C. “Femme(s) de...”. Jouer en couple en politique: des mises en récit sans importance? *Questions de communication*, v. 7, p. 87-104, 2005.
- SEIDL, E.; GRILL, I. G. (Orgs.). *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. São Paulo: FGV, 2013.
- SINEAU, M. *Femmes et pouvoir sous la V^e République: de l’exclusion à l’entrée dans la course présidentielle*. Paris: Presses de Sciences Po, 2011.
- SCHUMAHER, S; BRAZIL, É. V. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RESUMO

A discussão do artigo diz respeito às relações entre as bases de recursos sociais que estão na origem dos investimentos bem-sucedidos, relativamente raros de mulheres na ocupação de cargos eletivos, e à variedade de definições do “feminino” implicadas nas disputas políticas. O universo empírico da pesquisa compreende os trajetos de 208 mulheres que assumiram mandatos na Câmara de Deputados entre os anos de 1950 e 2015. A hipótese que norteia o estudo é a da diversificação das bases sociais de entrada subjacentes aos percursos analisados, sobretudo a partir do final dos anos 1980, quando o padrão das portadoras de laços de parentescos com “políticos” entra em concorrência com outros princípios de legitimação, relacionados mais diretamente com itinerários de atuação profissional e formas variadas de associativismo.

PALAVRAS-CHAVE

Recrutamento. Mulheres. Recursos sociais. Diversificação. Legitimação. Câmara de Deputados.

ABSTRACT

The aim of this paper is the relation between the social resource's bases, that are at the origin of successful investments relatively rare of women in occupying elective positions and the varied definitions of the “feminine” involved in political disputes. The empirical universe of this research is the trajectory of 208 women who have assumed political mandate in the Chamber of Deputies between 1950 and 2015. The hypothesis that guides the study is the diversification of social bases of entry in the routes analyzed, especially from the late 1980s, when the pattern of bearer of kinship ties with “politicians” competes with legitimation principles, most directly related with professional activity routes and varied forms of associativism.

KEY-WORDS

Recruitment. Women. Social resources. Diversification. Legitimation. Chamber of Deputies.

Recebido em: 15/05/2020

Aprovado em: 29/06/2020

